



FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

(ARTS. 127 A 135)

Professor Luciano Dutra

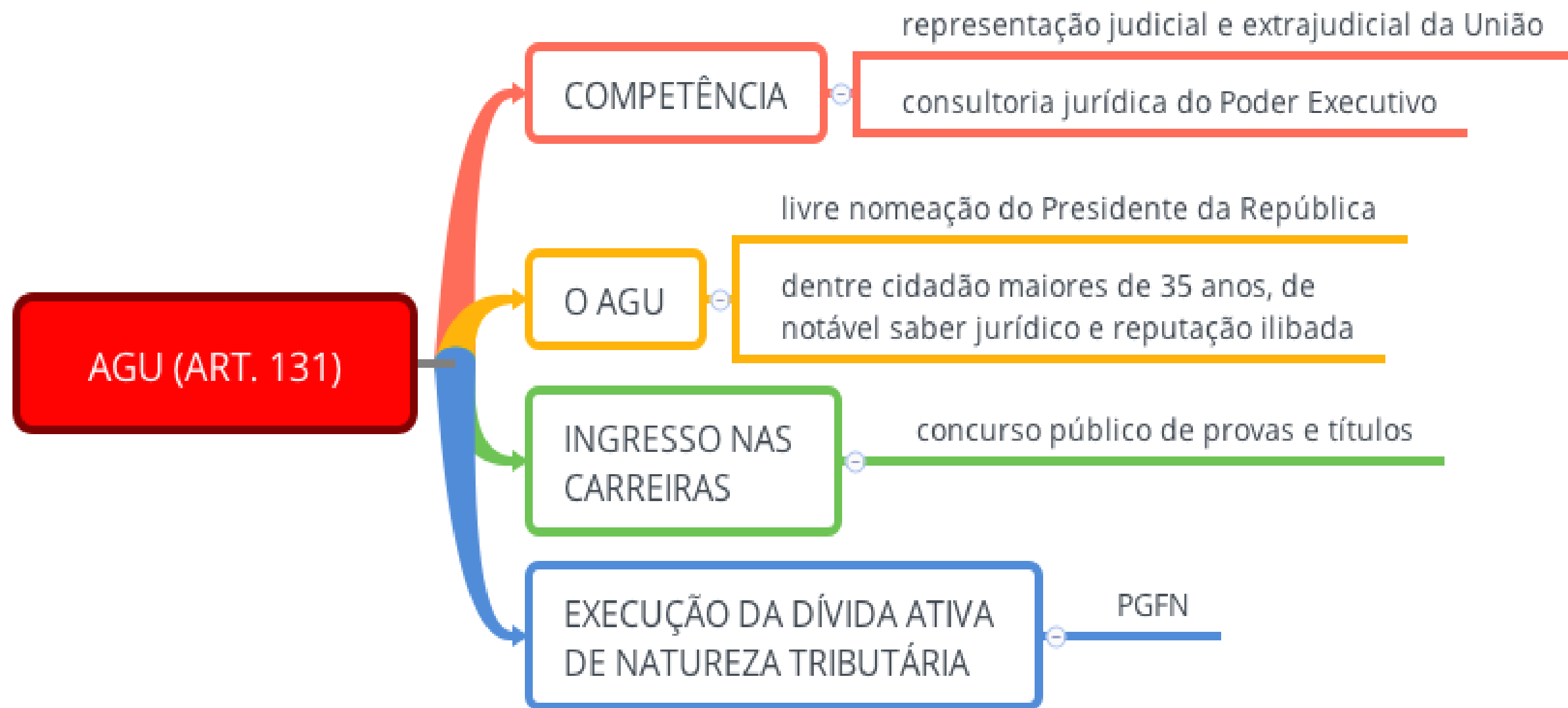
AGU

Art. 131. A **Advocacia-Geral da União** é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, **representa a União, judicial e extrajudicialmente**, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de **consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo**.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por **chefe o Advogado-Geral da União**, de **livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos**, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante **concurso público de provas e títulos**.

§ 3º Na **execução da dívida ativa de natureza tributária**, a representação da União cabe à **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, observado o disposto em lei.



PROCURADORIAS DOS ESTADOS E DO DF

Art. 132. Os **Procuradores dos Estados e do Distrito Federal**, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de **concurso público de provas e títulos**, com a **participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases**, exercerão a **representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas**.

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada **estabilidade após três anos de efetivo exercício**, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

PROCURADORIAS
DOS ESTADOS E
DO DF (ART. 132)

COMPETÊNCIA

representação judicial e consultoria jurídica
das respectivas unidades federadas

INGRESSO NAS
CARREIRAS

concurso público de provas e títulos, com a
participação da OAB em todas as suas fases

ESTABILIDADE

após 3 anos, mediante avaliação de desempenho

ADVOCACIA PRIVADA

Art. 133. O **advogado é indispensável** à administração da justiça, **sendo inviolável** por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.



DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 134. A **Defensoria Pública** é instituição **permanente**, essencial à função jurisdicional do Estado, **incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados**, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 134.

§ 1º **Lei complementar** organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante **concurso público de provas e títulos**, **assegurada** a seus integrantes a garantia da **inamovibilidade** e **vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais**.

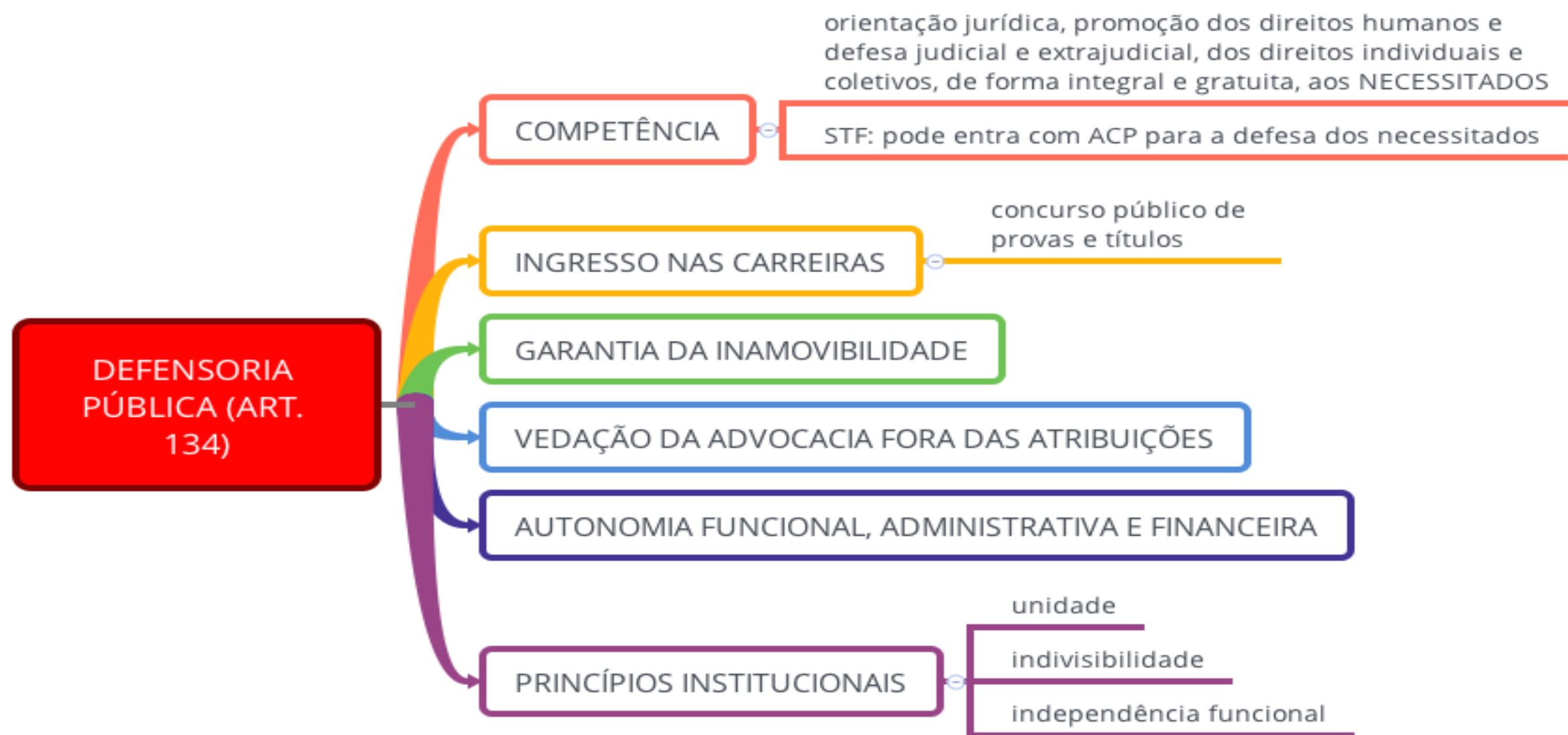
§ 2º **Às Defensorias Públicas Estaduais** são asseguradas **autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária** dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.

DEFENSORIA PÚBLICA

§ 3º **Aplica-se** o disposto no § 2º às **Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal**.

§ 4º São **princípios institucionais** da Defensoria Pública **a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas **Seções II e III** [leia-se II e IV] deste Capítulo serão remunerados na forma do **art. 39, § 4º**.



QUESTÕES

1) Ano: 2025 Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB
Órgão: Superior Tribunal Militar Cargo: Analista Judiciário - Área:
Administrativa

Desde que haja autorização da maioria absoluta do Senado Federal, o procurador-geral da República pode ser destituído por iniciativa do presidente da República.

2) Ano: 2025 Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB
Órgão: Superior Tribunal Militar Cargo: Analista Judiciário - Área:
Administrativa

O chefe da Advocacia-Geral da União é o advogado-geral da União, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira com mais de trinta e cinco anos de idade.

3) Ano: 2025 Banca: Instituto AOCP Órgão: Ministério Público do Rio Grande do Sul Cargo: Técnico - Área: Informática

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é INCORRETO afirmar que o Ministério Público

A . tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

B . é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

C . abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados.

D . dentre outras, tem por função institucional a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

E . tem atuação administrativa e financeira controlada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

4) Ano: 2025 Banca: Instituto AOCP Órgão: Ministério Público do Rio Grande do Sul Cargo: Analista - Área: Direito

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

- A . Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- B . Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- C . Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- D . Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- E . Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

5) Ano: 2025 Banca: Instituto Quadrix Órgão: Conselho Regional dos Representantes Comerciais da Bahia Cargo: Assistente Jurídico

Considerando a Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta, a respeito do Ministério Público.

- A . São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- B . O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- C . O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária independentemente dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- D . A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, deverá ser precedida de autorização do Supremo Tribunal Federal.
- E . Os Ministérios Públicos dos estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que será nomeado pelo chefe do Poder Executivo, para mandato de cinco anos, permitidas duas reconduções.

1 - C

2 - E

3 - D

4 - B

5 - A